



# Simpósio de Integração Acadêmica

## “Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável”

SIA UFV 2023



### O FEDERALISMO E A POLÍTICA PÚBLICA REDISTRIBUTIVA DE RENDA DO BOLSA FAMÍLIA

Claudeir de Almeida Guilhermino - UFV Campus Rio Paranaíba - [Claudeir.guilhermino@ufv.br](mailto:Claudeir.guilhermino@ufv.br)

Leonardo Pinheiro Deboça - UFV Campus Rio Paranaíba - [Leonardo.deboca@ufv.br](mailto:Leonardo.deboca@ufv.br)

Odemir Vieira Baêta - UFV Campus Viçosa - [Odemirbaeta@ufv.br](mailto:Odemirbaeta@ufv.br)

Tiago Carneiro da Rocha - UFV Campus Rio Paranaíba - [Tiago.c.rocha@ufv.br](mailto:Tiago.c.rocha@ufv.br)

**Palavras chave:** Renda. Bolsa Família. Federalismo. Políticas públicas.

**Área temática e grande área:** Administração Pública

**Categoria do trabalho:** Pesquisa

#### Introdução

O processo de políticas públicas é permeado por diversas vertentes e percepções de seu conceito de suas partes constituintes e funcionamento, sendo que no Brasil, particularmente a partir da Constituição Federal de 1988, essa temática está estreitamente relacionada ao federalismo e ao funcionamento do Estado. Para Lopes et al. (2018) as políticas públicas implementadas e administradas no Brasil, bem como as decisões dos burocratas, são impactadas pela forma federativa brasileira. Nesse contexto, uma das principais políticas públicas do governo federal brasileiro é o Programa Bolsa Família (PBF) que, além do objetivo de política redistributiva via benefício pago às famílias pobres, priorizam e promovem, também, as políticas de saúde, educação e assistência social.

#### Objetivos

Verificar a participação dos atores federativos (União e municípios) na política pública redistributiva do Bolsa Família.

#### Material e Método

O trabalho foi elaborado por meio de dados secundários, constituídos basicamente da literatura de diversos autores a respeito do objeto de estudo e por meio de análise documental. Para atender o objetivo exposto, foi tratado o período compreendido entre 2003, quando se constituiu o PBF, a 2023.

#### Resultados e Discussão

O estudo mostra que o federalismo outrora centralizador, permite aos entes subnacionais, hoje, exercerem sua autonomia administrativa e política nas decisões gerais e seleção dos beneficiários do PBF, principalmente com o auxílio do Cadastro Único - CadÚnico. A implantação do CadÚnico possibilitou o cadastramento dos beneficiários e ajudou na expansão dos programas, contribuindo para o seu sucesso. Outro ponto facilitador foi a intersetorialidade para funcionamento do programa entre o ente nacional e subnacionais, em especial os municípios. Porém, deve-se atentar para seu aperfeiçoamento no que se refere às questões limitadoras de capacidade estrutural e de recursos humanos por parte dos municípios.

#### Conclusões

O Programa Bolsa Família conta a história de uma das políticas públicas mais bem-sucedidas no país. Evidentemente, com seus erros e acertos, foi e é fundamental para redistribuir renda, mitigar a pobreza e atingir os mais desvalidos. Para que isso fosse possível, a implantação do CadÚnico possibilitou o cadastramento dos beneficiários e ajudou na expansão dos programas, contribuindo para o seu sucesso. O investimento em políticas públicas, por meio dos programas assistenciais, deve ser constante e é fundamental para a sobrevivência e para a redução da pobreza de uma grande parte da população brasileira sempre utilizando-se da importante ferramenta de parceria federativa para melhorar o gerenciamento de suas ações.

#### Bibliografia

LOPES, Victor de Souza Oliveira et al. Bolsa família e federalismo: uma relação com as condições de saúde pública nacional. Revista de Iniciação Científica e Extensão, v. 1, n. Esp 5, p. 443-450, 2018.

#### Agradecimentos

- Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional/Profiap

- Prof. Tiago Carneiro da Rocha